fantil, fica claro o quanto os professores estão deixando de acrescentar na vida das crianças, já que o uso das artes visuais, geralmente é banalizado e visto sem relevância para o desenvolvimento infantil, algumas vezes tratado somente como passatempo e sem propósito.

A criança, naturalmente, já desenvolve atividades artísticas diariamente, ela pinta, desenha, canta, dança, imagina e cria. Além de ter contato com manifestações artísticas de diferentes naturezas: através da mídia, da arte produzida pela comunidade e da arte nas ruas. Por meio das artes visuais, a criança exterioriza seu mundo interno, sua personalidade e seu modo de sentir e ver as coisas. Ela traça um caminho de criação e construção individual que envolve sentimentos, escolhas, experiências e relação com materiais. Outro destaque é em relação à socialização e ao coletivo, quando a criança tem a oportunidade de apreciar obras de seus colegas, desenvolve respeito pelo próximo e admiração por outras produções, além de aprender a observar o se entorno e o outro. As atividades artísticas coletivas também proporcionam trocas de experiências e ideias, o prazer de trabalhar em grupo e a convivência com as diferenças.

Para que todos os benefícios do contato com as artes visuais aconteçam, é necessário que o professor valorize e dê importância a esta arte, não utilizando-as apenas como um momento de relaxamento ou como um passatempo, mas sim utilizar estes momentos como uma possibilidade de fazer diferença na vida, na formação e no desenvolvimento de seus alunos, já que a arte proporciona muitos benefícios e influi em muitos aspectos na vida da criança. O professor deve estudar, pesquisar e claro, planejar ações para que tudo isso aconteça e mesmo sendo difícil no começo, é necessário ter um ponto de partida para que grandes transformações ocorram, buscando oferecer oportunidades diferenciadas e expressivas.

Ao longo de todo o artigo e através dos autores estudados, se torna claro como as artes visuais, trabalhadas de forma adequada e com propósitos, é favorável para que as crianças tenham um desenvolvimento pleno e significativo, principalmente se bem apurada na Educação Infantil, já que como destaca a BNCC “como primeira etapa da Educação Básica, a Educação Infantil é o início e o fundamento do processo educacional.”

Finalizo com uma frase do conhecido artista Leonardo da Vinci, “A arte é coisa mental: ou seja, em arte, o pensamento e a criação são mais importantes que a habilidade manual”, e é isto que nós, como professores devemos fazer, valorizar o grande potencial de criatividade das crianças, através das artes visuais e assim levar os pequenos a um mundo cheio de possibilidades.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Ana Mae. Ana Mae Barbosa: Arte na veia. Disponível em: http://cev.org.br/comunidade/danca-ef/debate/ana-mae-barbosa-arte-veia/

BARBOSA, Ana Mae. A importância do ensino das artes na escola. Disponíveç em: https://epoca.globo.com/ideias/noticia/2016/05/importancia-do-ensino-das-artes-na-escola.html

BELLO, Maristher Motta. Arte: novas janelas para o mundo. Revista Projetos Escolares Educação Infantil, São Paulo, nº 43, p. 30-33, outubro, 2008.

BRASIL, Ministério da Educação. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. Volume 3: Conhecimentos de mundo. Brasília, MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: arte. Brasília, MEC/SEF, 1997.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.
Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase

FISCHETTI, Silvia Maria. A arte no desenvolvimento da criança. Disponível em: http://www.materna.com.br/familia/o-papel-da-arte-no-desenvolvimento-da-crianca.

SÃO PAULO. Secretaria Municipal de Educação. Orientações curriculares: expectativas de aprendizagens e orientações didáticas para Educação Infantil. São Paulo, SME/DOT, 2007.

GESTÃO DEMOCRÁTICA E O ENSINO NA CIDADE DE SÃO PAULO

REGINALDA FRANCISCA MARTINS

RESUMO

A Gestão Democrática voltada para as questões da Educação tem sido alvo de discussão, uma vez que o tema está diretamente relacionado à melhoria da qualidade de ensino e ao exercício da cidadania. Porém, nem sempre podemos dizer que ela funciona perfeitamente, o que muitas vezes pode resultar em dificuldades e resistências dentro das escolas para a sua implantação. Assim, o presente artigo tem por objetivo discutir sobre os principais desafios encontrados na área da educação para a implementação e a execução de uma prática democrática prevista em lei. Desta forma, a presente pesquisa caracteriza-se como revisão sistemática da literatura a respeito do tema, pautada em questões

como o funcionamento da gestão democrática nas escolas; os atores sociais envolvidos nas tomadas de decisão; e os desafios que impedem uma gestão democrática plena nas redes públicas de ensino. Os resultados indicaram que quando a Gestão da escola se encontra comprometida com os princípios da Gestão Democrática, a mesma ocorre de forma satisfatória, atingindo positivamente não só funcionários, mas também família, comunidade e educando.

PALAVRAS-CHAVE: Gestão Democrática; Gestão Escolar, Democracia, Qualidade de Ensino.

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem por objetivo discutir os principais desafios encontrados atualmente na implementação da Gestão Democrática nas escolas públicas brasileiras e em especial na Rede Municipal de Ensino da Cidade de São Paulo.
A Gestão Democrática foi institucionalizada a partir da Constituição de 1988. O artigo 206, inciso VI, discutiu a nova forma de administração das escolas públicas. Porém, só depois de alguns anos, já na década de 1990 é que a gestão democrática ganhou força nas escolas. Congressos, seminários e fóruns foram realizados em todas as regiões, esclarecendo o novo modelo de gestão.

A Gestão Democrática surgiu como uma medida para acabar com a cultura que até então existia no Brasil de haver cargos de confiança por ligações de cunho político, evitando assim a interferência do governo e das secretarias de educação (SILVA, 2016).
A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN, nº 9394/96) regulamentou a gestão democrática como princípio norteador da direção de todas as escolas da rede pública. Segundo a Lei, em seu artigo 3º: “O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: (...) VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino” (LDBEN, 1996).
Apesar da Gestão Democrática ter sido criada na forma de lei, sabe-se que ainda existem inúmeros desafios dentro das escolas públicas que impedem ou dificultam a execução da mesma. Segundo Mendonça (2001), vários são os fatores que limitam esse processo como, por exemplo, a resistência na interferência política sobre a educação; o funcionamento do próprio sistema; processos administrativos burocráticos; e autoritarismo existente entre as relações do sistema com as escolas.
Nos dias atuais, a Gestão Democrática, bem como a formação de gestores tem sido prioridade para o Ministério da Educação e Cultura (MEC), pois, percebeu-se que a qualidade da Educação Básica em nosso país depende diretamente disso.

DESENVOLVIMENTO

DISCUSSÕES SOBRE A PRÁTICA DEMOCRÁTICA

A Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 9.394/96 e o Projeto Político Pedagógico (P.P.P.) das escolas, presume que as relações devem gerar integração, cooperação e participação, necessitando de propostas que sejam construídas e reconstruídas pelas próprias pessoas envolvidas nesse processo.
De início, a gestão democrática precisa deixar claro que a administração escolar deve reunir esforços de toda a comunidade, a fim de que o Plano Político Pedagógico seja elaborado por meio de uma construção coletiva que, além de se preocupar com a formação da qualidade da educação, deve pensar também no fortalecimento do Conselho Escolar (BARROS, 2009).
Ainda:
A possibilidade de a escola elaborar e gerir seus planos, programas e projetos. A autonomia administrativa da escola evita que esta seja submetida a uma administração na qual as decisões, a ela referente, sejam tomadas fora dela e por pessoas que não conhecem a sua realidade, contribuindo desse modo para que a comunidade escolar possa, por meio da vivência de um processo democrático e participativo, romper com a cultura centralizadora e pouco participativa em que têm sido elaborados os projetos e efetivadas as tomadas de decisões (DOURADO et al, 2006, p.5).

Assim, a possibilidade de uma administração democrática a partir de uma articulação, forma e conteúdo, compreende os interesses da sociedade atual e está relacionado com o objeto a ser administrado:

a) dos objetivos que se buscam alcançar com a escola; b) da natureza do processo que envolve essa busca. Esses dois aspectos não estão de modo nenhum desvinculados um do outro. A apropriação do saber e o desenvolvimento da consciência crítica, como objetivos de uma educação transformadora, determinam (...) a própria natureza peculiar do processo pedagógico escolar; ou seja, esse processo não se constitui em mera diferenciação do processo de produção material que tem lugar na empresa, mas deriva sua especificidade de objetivos (educacionais) peculiares, objetivos estes articulados com os interesses sociais mais amplos e que são, por isso, antagônicos aos objetivos de dominação sub-

jacentes à atividade produtiva capitalista (PARO, 1996, p.151).

As práticas de gestão democrática que implicam nas relações existentes nas escolas. A forma como as rotinas são organizadas levam a práticas educativas fora da sala de aula, ou seja, ocorrendo em todos os espaços da unidade escolar. Outro aspecto importante está relacionado a importância de todos os membros se tornarem responsáveis pela organização da gestão e da qualidade de ensino, de forma democrática (LIBÂNEO, 2015).

Gadotti (2004) discute que é necessário que a comunidade também compreenda a importância desse processo de democratização para que possa realmente fazer parte dela. A participação da população possibilita um aprofundamento do seu grau de organização, pois, contribui para a democratização das relações de poder dentro da escola e, consequentemente, da melhoria da qualidade do ensino: "Todos os segmentos da comunidade podem compreender melhor o funcionamento da escola, conhecer com mais profundidade todos os que nela estudam e trabalham, intensificar seu envolvimento com ela e, assim, acompanhar melhor a educação ali oferecida" (GADOTTI, 2004. p. 16).

Ainda:

É preciso e até urgente que a escola vá se tornando um espaço escolar acolhedor e multiplicador de certos gostos democráticos como o de ouvir os outros, não por puro favor, mas por dever, o de respeitá-los, o da tolerância, o do acatamento às decisões tomadas pela maioria a que não falte, contudo o direito de quem diverge de exprimir sua contrariedade (FREIRE, 1995, p. 91).

O diretor, enquanto papel de gestor dentro da escola, deve ser o mediador para que na soma dos esforços, junto à comunidade, consiga priorizar práticas e ações compartilhadas fortalecendo a participação efetiva da comunidade.

IMPLEMENTAÇÃO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA NA CIDADE DE SÃO PAULO

No tocante as redes de ensino, tanto em âmbito municipal quanto estadual brasileiro, a Gestão Democrática, pública e participativa tem sido alvo de inúmeras discussões, já que esse tipo de modelo tem sido considerado como fundamental na melhoria da qualidade de ensino e no desenvolvimento do exercício da cidadania.

Os municípios, em um contexto geral, possuem sistemas educacionais que exercem uma ação distributiva em relação às escolas, baixando normas complementares para o seu campo de atuação, autorizando, credenciando e supervisionando-as.

No caso da Rede Municipal de Ensino de São Paulo, em especial, várias foram as mudanças que ocorreram desde o surgimento do conceito de Gestão Democrática até os dias atuais.

No caso da gestão de Mário Covas, por exemplo, ocorreu a implementação de um novo regime, partindo-se do Decreto nº 21.811/85, que trouxe para esse processo o Conselho Deliberativo, redimensionando a concepção de direção, colocando-o junto ao conselho de escola e instituindo a escolha do diretor pela própria comunidade.

Em 1988, ano da Constituição Federal, a então prefeita Luíza Erundina nomeou um dos maiores educadores considerados que o Brasil já teve, para o cargo de Secretário da Educação, Paulo Freire. Essa gestão foi caracterizada por proporcionar condições em que as escolas tinham autonomia para elaborar seus projetos político pedagógicos, democratizando a gestão, o acesso e a permanência e qualidade da educação (ASRCE, 2018).

Na gestão de Paulo Maluf, as escolas foram subordinadas a Decretos e Portarias a respeito do assunto. O prefeito separou o conselho de escola do cargo de diretor, fazendo com que a autoridade baseada na hierarquia retomasse novamente a gestão escolar.

Muitos anos depois, a gestão de Fernando Haddad, alterou o modelo de Gestão, a partir do Decreto nº 54.453 de 2013, dentro do Programa de Reorganização Curricular e Administrativa, Ampliação e Fortalecimento da Rede Municipal de Ensino (Mais Educação São Paulo), podendo-se destacar a elaboração, a articulação e a implementação de ações, que integrem a unidade educacional à comunidade e aos equipamentos locais de apoio social.

Até o ano de 2018, a rede municipal, possuía 3.705 unidades escolares, que atendiam desde a Educação Infantil até o Ensino Médio, sendo a equipe gestora, formada pelo diretor, pelo assistente de direção e pelo coordenador pedagógico. O Decreto nº 54.453 de 2013, trouxe as atribuições desses funcionários, englobando docentes e funcionários do quadro de apoio, o cumprimento de metas, programas e resultados esperados pela Secretaria Municipal de Educação.

A rede apresenta uma estrutura administrativa piramidal que de acordo com Paro (2012), os funcionários devem ser concursados para exercerem tais funções. O Artigo 2º do Plano Municipal de Educação (São Paulo, PME, 2014), inciso XI, discute o fortalecimento da democracia educacional, bem como, a Lei Orgânica do Município de São Paulo, de 1990, que trouxe uma prática democrática, soberana e com participação popular, como princípios e diretrizes a serem alcançadas no município. As reuniões formativas, por exemplo, no que compete às Diretorias Regionais de Ensino e à Secretaria Municipal de Educação, são realizadas através da convocação dos funcionários.

Porém, um problema a ser destacado é que as políticas educacionais mudam sua perspectiva e seus anseios a cada quatro anos, levando em consideração os princípios que regem o partido político eleito, o que provoca uma descontinuidade nas diretrizes educacionais do município. Isso dá poderes para o governo controlar diferentes situações como a gestão escolar, a ausência de profissionais, problemas estruturais e de sistemas de dados que implicam no controle dos passos da instituição escolar.

POLÍTICAS PÚBLICAS: GESTÃO DEMOCRÁTICA E EDUCAÇÃO NA CIDADE DE SÃO PAULO

O Plano de trabalho das Diretorias Regionais de Educação (DRE's) servem como ponto de partida para essa discussão já que norteia também os princípios da Gestão Aplicada na Rede Municipal de Ensino da Cidade de São Paulo.

Podemos destacar dentre várias ações, o Eixo: Gestão Descentralizada, participativa e transparente, do ano de 2016. A ideia inicial das DRE's era a implementação de uma gestão participativa, democrática e transparente em todas as escolas, ou seja, nos Centros de Educação Infantil (CEI's), Escolas Municipais de Educação Infantil (EMEI's), Escolas Municipais de Ensino Fundamental (EMEF's), Escolas Municipais de Ensino Fundamental e Médio (EMEFM's) e Escolas Municipais de Ensino Bilíngue para Surdos (EMEBS's).

A Gestão Democrática prevista em lei, apresenta-se excelente ferramenta na resolução de problemas que inviabilizam a construção de uma educação de qualidade. Para eles, as Unidades Escolares (U.E.) que possuem maior participação da comunidade no conjunto das decisões, resolvem seus conflitos de forma consensual, contemplando opiniões divergentes com relação ao corpo diretivo.

Assim entre as diferentes ações podemos destacar: a formação dos membros dos conselhos de escola das U.E..s; a reorganização dos grêmios estudantis; a formulação, revisão e reformulação dos Projetos Político-Pedagógicos (PPP); metas e indicadores a serem alcançado no final do ciclo da avaliação; a participação de pelo menos dois representantes por unidade, para conselheiros do conselho de escola; entre outros.

No ano de 2017, o Plano de Trabalho e Metas da Secretaria Municipal de Educação (SME) e as DRE's trouxeram como objetivos, a valorização dos profissionais da Educação com cursos que atendem e envolvem a formação docente no âmbito pedagógico; reuniões para trocas de experiências sobre Educação Integral; mediação de conflitos; acompanhamento da equipe do DIPED às formações oferecidas pela Secretaria Municipal de Educação (SME-SP;) reuniões de discussão e elaboração do documento curricular na Secretaria Municipal de Educação (SME-SP); reuniões para discussão e fortalecimento da gestão democrática e para o protagonismo infantil e juvenil (CRECE, Grêmio, Conselhos de Escolas), visando à melhoria da qualidade educacional.

Pode-se dizer que no mecanismo da Gestão Democrática, as escolas no geral, tem levado a sério o plano de ação para a melhoria da qualidade de ensino, priorizando a abertura e a participação da comunidade nos eventos da escola, mesmo que em período não letivo, como é o caso do recreio nas férias.

A ideia deste último, é que muitas escolas venham aderir a esse tipo de projeto, trazendo a comunidade para mais próximo, contribuindo para o desenvolvimento de ações voltadas ao educando, ao tipo de gestão e à própria comunidade, como já ocorre nos Centros Educacionais Unificados (CEU's), o que se deve ao fato destas unidades apresentarem estrutura diferenciada, o que não se encontra nas outras escolas, desde a gestão, até a estrutura do próprio complexo que garante maior abertura para atividades diferenciadas.

Quanto à constituição do conselho de escola, é possível notar que ainda boa parte dos pais ainda não é participativo, o que não vai de encontro com uma gestão democrática. É necessário fazer diferentes intervenções a fim de atraí-los para dentro da escola a fim de melhorar sua participação junto à gestão.

No caso dos profissionais da Educação, o Sindicato dos Especialistas de Educação do Ensino Público Municipal de São Paulo (SINESP) foi representado por dirigentes e conselheiros a fim de elencar os problemas levantados nas reuniões realizadas pelas DRE's com representantes dos locais de trabalho.

Em 2018, foram observadas divergências quanto a uma gestão democrática e participativa como: horários de funcionamento das EMEIs que não contemplam o fechamento da unidade quando os educandos ficam à espera dos pais; a integração de coordenadores pedagógicos e diretores e pedidos de reuniões abrangendo vários horários; a formação para a Educação Infantil que ainda sofre certa resistência em movimentar documentos já constituídos; a formação propiciada pela Secretaria Municipal de Educação (SME) pelo conteúdo e tratamento aos gestores do ensino; violência exacerbada; falta de coerência quanto a interpretações diferentes da mesma portaria; falta de transparência quanto aos prestadores e parceiros; entre outras questões como a utilização dos espaços escolares pela comunidade; e a constituição do conselho escolar.

No caso da Educação Especial, a Secretaria Municipal de Educação (SME) lançou o Programa Inclui no ano de 2010, trazendo sete projetos diferentes,

organizados para atender os educandos com necessidades especiais. Ou seja, o programa incluiu a melhora e a ampliação da acessibilidade, tornando as escolas municipais cada vez mais adaptadas e acolhedoras para os até então, 17 mil educandos com algum tipo de deficiência matriculados na rede, o que trouxe para a Educação Especial princípios da Gestão Democrática.

A partir de 2019, a Secretaria Municipal de Educação (SME), tem exigido dos coordenadores pedagógicos o Plano de Atendimento Educacional Especializado, através da inclusão de laudo e registro de possíveis intervenções e planejamento por parte dos professores no sistema de Gestão Pedagógica (SGP), durante a Jornada Especial Integral de Formação (JEIF).

Assim, os resultados encontrados na Rede Municipal de Ensino, indicam que o passo inicial para a implementação de uma gestão democrática foi dado na rede. Porém, ainda a muito a ser feito, pois, nestes últimos cinco anos, apesar da prática da gestão democrática ter sido bastante discutida, é preciso aperfeiçoar o que já está dando certo e rever o que ainda não está dando a fim de tomar medidas para que ela seja realmente implementada e executada na rede toda.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No ano de 2018, a Rede Municipal em questão possuía 3.705 Unidades Escolares (U.E.'s), que compreendem desde a Educação Infantil até o Ensino Médio, e contando com o que temos hoje desenhado na Rede Municipal: equipe gestora (composta pelo diretor, assistente de direção e coordenador pedagógico) e os seus princípios tentam se adequar aos da Gestão Democrática e Participativa.

A ideia inicial das DRE's era a de implementar uma gestão democrática, participativa e transparente em todas as escolas pertencentes a Rede Municipal de Ensino da Cidade de São Paulo. No tocante a esta pesquisa, os resultados indicaram que as metas previstas para serem atingidas, foram contempladas em boa parte nas escolas.

Podemos citar, por exemplo, a implementação da Educação Integral na rede de ensino. Essa Política Pública foi instituída na gestão de Fernando Haddad através da Portaria nº 7464 de 2015, e incorporada pelas Diretorias Regionais de Educação, havendo uma adesão considerável por parte das escolas do município. EMEI.

Ou seja, houve uma evolução na ampliação das escolas de tempo integral, contribuindo para o processo de Gestão Democrática. A efetivação do programa São Paulo Integral, exigiu um esforço por parte das DRE's quanto à formação, que, para além de seus educadores, necessitando também de assessoria externa, a fim de reforçar propostas, análises e discussões a respeito das práticas.

Outro exemplo, em relação a Gestão Democrática é como ela vem sendo aplicada nas escolas, uma vez que esta questão está intimamente ligada à melhoria da qualidade de ensino e ao exercício da cidadania. A Gestão Democrática está presente nas escolas de diversas formas como, por exemplo, no conselho de escola, nas festividades abertas à comunidade, no uso da quadra, em eventos, e etc.

Ainda, outro exemplo dentro do novo modelo de gestão foi o Conselho de Escola, órgão colegiado responsável por discutir a administração e votar naquilo que a maioria acredita que é melhor para a escola e para os estudantes envolvidos, sendo representado por diferentes segmentos da comunidade escolar: pais, alunos, gestão, professores e funcionários.

Quanto aos obstáculos para as equipes gestoras havia questões relativas à construção de programas educativos, tempo destinado para a formação dos educadores, utilização dos espaços das escolas, nem sempre adequados e preparados para diferentes práticas daquilo que se realiza em sala de aula, e o reconhecimento dos princípios que fundamentam a educação integral para uma efetiva emancipação das unidades escolares, entre outros. Essas dificuldades ocorreram de início, mas após alguns meses, começaram a ser superadas pelas unidades educacionais.

Podemos citar também, que as escolas pesquisadas e que aderiram ao Ensino Integral, tiveram a revisão e reformulação de seus Projetos Político-Pedagógicos (PPP).

O que ainda caminha a passos lentos é a formação dos membros dos Conselhos de Escola, no referido à participação dos pais, pois, muitos ainda não participam de ações abertas para a comunidade, ou mesmo frequentam as reuniões do Conselho de Escola.

Assim, os resultados indicam que a implementação da Gestão Democrática tem ocorrido de maneira significativa nas Diretorias Regionais de Ensino (DRE's), através de ações conjuntas entre suas equipes, equipe de apoio de Universidades, equipe docente e comunidade, sendo necessário que outras ações também sejam realizadas, como uma maior proximidade dos pais e responsáveis, por exemplo, para que contemplem todas as escolas pertencentes à mesma.

Ainda, pelo que foi possível observar, a Rede Municipal de Ensino de São Paulo é bem fundamentada não só legalmente, mas também na prática da implementação de uma Gestão Democrática e participativa, ocorrendo de forma significativa em praticamente todas as Diretorias Regionais de Ensino (DRE's) através de ações conjuntas entre a equipe

gestora, docentes e comunidade.
Gadotti (2004), afirma que a comunidade precisa compreender como funciona o processo de democratização e também que a sua participação é de extrema importância para o sucesso da gestão. Infelizmente, muitas pessoas ainda não tem essa consciência acreditando que quem comanda a escola são somente os funcionários da mesma.
Libâneo (2015) discute que a gestão democrática deve ser considerada do ponto de vista das relações existentes nas escolas. As práticas educativas devem ocorrer em todos os espaços da escola. Outro ponto importante observado pelo autor refere-se à participação de todas as pessoas envolvidas no processo para se tornarem responsáveis pela organização e pela qualidade de ensino, de forma democrática.
Porém, é necessário que a Legislação seja respeitada em todas as escolas da Rede, por isso, as que ainda não conseguiram esse feito devem pensar em ações que contribuíam para trazer a comunidade para dentro da escola, a fim de que todos democraticamente decidam o que é melhor para escola e principalmente para os educandos.
Desta forma, intervenções significativas são necessárias partindo-se de formações específicas para os profissionais da Educação desenvolvendo o acolhimento às diversidades, aos conceitos e as implicações das múltiplas deficiências para o desenvolvimento do estudante dentro do processo de ensino e aprendizagem, trazendo estratégias e adequações curriculares específicas para o suporte e atendimento a esses estudantes.

ABSTRACT
Democratic Management focused on Education issues has been the subject of discussion, since the theme is directly related to improving the quality of teaching and the exercise of citizenship. However, we cannot always say that it works perfectly, which can often result in difficulties and resistance within schools for its implementation. Thus, this article aims to discuss the main challenges encountered in the area of education for the implementation and execution of a democratic practice provided for by law. Thus, the present research is characterized as a systematic review of the literature on the subject, based on issues such as the functioning of democratic management in schools; the social actors involved in decision-making; and the challenges that hinder full democratic management in public schools. The results indicated that when the School Management is committed to the principles of Democratic Management, it occurs satisfactorily, reaching positively not only employees, but also family, community and educating.
KEYWORDS: Democratic Management; School Management, Democracy, Teaching Quality.

REFERÊNCIAS

ARCE, P.D. É possível a gestão democrática na Rede Municipal de Ensino de São Paulo? Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica. São Paulo: PUC, 2018, 99 p.
BARROS, L. A. M. Gestão Democrática Escolar. 2009. Disponível em: http://repositorio.roca.utfpr.edu.br:8080/jspui/bitstream/1/3513/1/LD_EJA_I_2013_15.pdf . Acesso em: 09 fev. 2021.
BRASIL. Lei n° 010172, de 9 de janeiro de 2001. Dispõe sobre o Plano Nacional de Educação. Brasília – MEC, 2001. Disponível em: portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/L10172, acesso em 02 fev. 2021.
BRASIL (2014). MEC. Secretaria Executiva Adjunta. Conae. Conferência Nacional de Educação: documento – referência/Fórum Nacional de Educação. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria Executiva Adjunta, [2013]. Disponível em: http://conae2014. mec.gov.br/images/pdf/ doc_referencia.pdf. Acesso em: 02 fev. 2021.
DOURADO, L. F; MOARES, K. N. de; OLIVEIRA, J. F. Conselho Escolar e Autonomia: participação e democratização da gestão administrativa, pedagógica e financeira da educação e da escola. Belo Horizonte: UFG, 2006, p. 1-6.
FREIRE, Paulo. Professora sim, tia não: cartas a quem ousa ensinar. Olho D'água. 6. ed., 1995.
GADOTTI, Moacyr. Escola Cidadã. São Paulo: Cortez, 2004.
GERMANO, José Wellington. Estado Militar e Educação no Brasil: 1964-1985. São Paulo: Cortez, 2000.
LIBÂNEO, J.C. Organização e gestão da escola: teoria e prática. 6 ed. rev. ampl. São Paulo: Heccus, 2015.
MAZZA, D.; SPIGOLON, N.I.; MODESTO, C.M. S.; FONTEBASSO, D.; ZAN, D.; FERRAZ, E.;PATTARO, T. Educação integral: concepções e práticas no Brasil. Campinas, SP: FE/UNICAMP, 2017. Anais e trabalhos completos 1. Educação integral. II. Seminário de Educação Integral: concepções e práticas no Brasil. (2. : 2017: Campinas, SP).
PARO, Vitor Henrique. Implicações do caráter político da educação para a administração da escola pública. 1996. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/ep/v28n2/a02v28n2.pdf. Acesso em 12 fev. 2021.
SILVA, R. M. Processo histórico e político da gestão democrática escolar no Brasil. Revista de Educação, Ciências e Matemática v.6 n.2 mai/ago 2016.
_____. Dirigentes e Conselheiros do SINESP vão às DRE's apresentar problemas e debater soluções. Disponível em: https://www.sinesp.org.br/index.php/5736-apos-jornada-por-toda-a-cidade-para-eleicao-dos-conselheiros-2018-do-sinesp-a-direto-